

**À PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCE-MG**

**Processo nº: 951445**

**EUSTÁQUIO FILOCRE SARAIVA**, Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, brasileiro, casado, servidor, inscrito no CPF sob o nº 108.450.036-15, residente e domiciliado à Rua Interna, nº 31, Jardim Itália, Montes Claros/MG, CEP: 39403-334;

A parte acima qualificada, vem, respeitosamente, perante esta Colenda Câmara, apresentar **MANIFESTAÇÃO** em face dos Achados de Auditoria apontados no Relatório de Auditoria de Conformidade, fazendo-o nos termos adiante articulados:

**BREVE RESUMO**

Trata-se de Relatório de Auditoria de Conformidade, cujo objeto da fiscalização foi verificar a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros referente ao exercício de 2011.

O Egrégio TCEMG, considerando os aspectos entendidos por relevantes, mencionados no Memorando de Planejamento de Auditoria, intimou o atual Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, para que encaminhe manifestações acerca dos apontamentos feitos pela Unidade Técnica, trazidas a seguir.

## **MANIFESTAÇÃO QUANTO AOS “ACHADOS DE AUDITORIA”**

### **2.1 O valor apurado dos repasses das contribuições previdenciárias referente ao exercício de 2011 diverge dos valores informados pelo Executivo e pelo RPPS no SIACE/PCA/2011**

Com relação a este item, ressaltamos a impossibilidade de alteração da contabilização dos anos de 2011 por se tratar de competência de anos que já foram encerrados.

Conforme a Proposta de encaminhamento no item 2.1.9 da auditoria do TCE/MG Processo nº 951445, pág. 41, a auditoria determinou que o PREVMOC implemente um controle eficiente dos registros dos valores recebidos das contribuições previdenciárias dos entes municipais.

Como medida de atendimento e resolução deste achado, informamos que foram implementadas medidas para controles, acompanhamento da arrecadação e dos registros contábeis. São solicitados relatórios mensais da folha de pagamento junto as entidades municipais para evidenciação das contribuições dos servidores e contribuições patronais destinadas ao PREVMOC, como também o envio de cópias das Notas de Empenhos, Notas Extraorçamentárias e Comprovantes de Pagamentos. Com relação à atual gestão, informamos que os repasses das contribuições previdenciárias encontram-se regularmente contabilizadas nas entidades do município e também do PREVMOC.

Conforme o Balancete de Receita (Anexo 1) e as documentações de arrecadação de receita (Anexo 2), período de janeiro a setembro, o PREVMOC registrou o valor total de R\$ 14.009.493,38 das contribuições dos servidores e o valor total de R\$ 61.332.310,44 das contribuições patronais e parcelamento totalizando um valor de R\$ 75.341.803,82.

Atualmente o PREVMOC encaminha as informações de arrecadação das receitas ao Tribunal de Contas mediante o SICOM/MG. Este sistema alimenta o site Fiscalizando com o TCE/MG (<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/orcamento>) que disponibiliza no menu “Execução Orçamentária / Receitas / Relação de Receitas” o relatório “Receita Analítica” o qual pode discriminar toda a execução da receita do PREVMOC.

Conforme o relatório “Receita Analítica” do Fiscalizando com o TCE (Anexo 3), a receita realizada do PREVMOC, no período de janeiro a setembro de 2022, foi de R\$ 14.009.493,38 das contribuições dos servidores e o valor total de R\$ 61.332.310,44 das contribuições patronais e parcelamento o que juntos somam o valor de R\$ 75.341.803,82.

Comparando os valores constantes no Balancete de Receita aos valores disponibilizados no site Fiscalizando com o TCE/MG obtemos os seguintes resultados:

TABELA 1

RECEITAS ARRECADADAS						
PREVMOC						
JANEIRO A NOVEMBRO DE 2022						
DESCRIÇÃO DA RECEITA		PREVMOC		FISCALIZANDO COM O TCE		APURAÇÃO DE DIFERENÇAS
		BALANCETE DE RECEITA		REECEITA ANALÍTICA		
CONTRIBUIÇÕES						
4.1.2.1.5.01.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo		14.009.493,38		14.009.493,38	0,00
4.1.2.1.5.01.11	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	14.009.484,28		14.009.484,28		0,00
4.1.2.1.5.01.12	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros de Mora	9,10		9,10		0,00
SUBTOTAL 1.1			14.009.493,38		14.009.493,38	0,00
4.1.2.1.5.02.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil		16.999,31		16.999,31	0,00
4.1.2.1.5.02.11	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	16.999,31		16.999,31		0,00
4.7.2.1.5.02.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil		21.828.761,92		21.828.761,92	0,00
4.7.2.1.5.02.11	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	21.828.761,92		21.828.761,92		0,00
4.7.2.1.5.51.00	Contribuição Patronal - Parcelamentos		39.486.549,21		39.486.549,21	0,00
4.7.2.1.5.51.11	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Principal	17.975.026,75		17.975.026,75		0,00
4.7.2.1.5.51.12	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora	21.511.522,46		21.511.522,46		0,00
SUBTOTAL 1.2			61.332.310,44		61.332.310,44	0,00
TOTAL 1 (subtotal 1.1 + subtotal 1.2)		75.341.803,82		75.341.803,82		0,00

Nota-se que os valores constantes no Balancete de Receita (R\$ 75.341.803,82 – Anexo 1), igualmente com as documentações de arrecadação de receita (Anexo 2), encontram-se em conformidade com os valores informados ao TCE/MG (R\$ 75.341.803,82) mediante o relatório “Receita Analítica”.

Nos valores das contas orçamentárias do Balancete de Receita (Anexo 1) 4.1.2.1.5.01.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo e 4.1.2.1.5.02.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil, além de constarem as contribuições recebidas pelas entidades do Município de Montes Claros (Prefeitura, Câmara, SUPERMOC e PREVMOC), também constam valores recebidos dos servidores cedidos a outros entes da federação, que não fazem parte do município, e dos servidores em licença sem vencimento (LSV), para os quais a contribuição é facultativa e a responsabilidade do repasse é do próprio servidor. Segue tabela com os valores das contribuições por responsabilidade dos entes e servidores:

**TABELA 2**

<b>BALANCETE E DOCUMENTAÇÃO</b>								
<b>TOTAL DE RECEBIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E SERVIDOR</b>								
<b>POR RESPONSABILIDADE</b>								
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREFEITURA</b>	<b>CÂMARA</b>	<b>SUPERMOC</b>	<b>PREVMOC</b>	<b>LSV</b>	<b>CEDIDOS</b>	<b>AUXÍLIO DOENÇA</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
Servidor - 2022	13.642.810,16	271.419,08	3.072,18	57.313,65	23.654,33	11.199,75	15,13	<b>14.009.484,28</b>
Patronal - 2022	21.324.166,91	421.474,98	4.774,85	78.345,18		16.999,31		<b>21.845.761,23</b>
Patronal - Parcelamento	39.486.549,21							<b>39.486.549,21</b>
Multas					9,10			<b>9,10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>74.453.526,28</b>	<b>692.894,06</b>	<b>7.847,03</b>	<b>135.658,83</b>	<b>23.663,43</b>	<b>28.199,06</b>	<b>15,13</b>	<b>75.341.803,82</b>

Ressaltamos que em dezembro foi identificado que algumas receitas foram lançadas em contas equivocadas e imediatamente os lançamentos foram retificados (Anexo 4):

- O valor de R\$ 3.316,77 foi lançado como contribuição patronal da Prefeitura, no entanto, era contribuição patronal dos servidores em LSV. Retificado em dezembro 2022 (Anexo 4.1).
- O valor de R\$ 529,96 foi lançado como contribuição patronal da Prefeitura, no entanto era contribuição patronal dos servidores do PREVMOC. Retificado em dezembro 2022 (Anexo 4.2).
- O valor de R\$ 129,32 foi lançado como contribuição patronal da Prefeitura, no entanto era contribuição patronal dos servidores Cedidos. Retificado em dezembro 2022 (Anexo 4.3).

- O valor de R\$ 1.058,17 foi lançado como contribuição patronal do PREVMOC, sendo contribuição servidor do PREVMOC. Retificado em dezembro 2022 (Anexo 4.4).
- Os valores de R\$ 44,29 e 72,98 foram lançados como contribuição servidor e patronal, respectivamente, da SUPERMOC, sendo multas sobre as respectivas contribuições (totalizando R\$ 117,27). Retificado em dezembro 2022 (Anexo 4.5)

Com as retificações acima obtemos a seguinte tabela abaixo com os valores das contribuições por responsabilidade dos entes e servidores:

**TABELA 3**

BALANCETE E DOCUMENTAÇÃO								
TOTAL DE RECEBIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E SERVIDOR								
POR RESPONSABILIDADE								
DESCRIÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA	SUPERMOC	PREVMOC	LSV	CEDIDOS	AUXÍLIO DOENÇA	TOTAL GERAL
Servidor - 2022	13.642.810,16	271.419,08	3.027,89	58.371,82	23.654,33	11.199,75	15,13	14.010.498,16
Patronal - 2022	21.320.190,86	421.474,98	4.701,87	77.816,97	3.316,77	17.128,63		21.844.630,08
Patronal - Parcelamento	39.486.549,21							39.486.549,21
Multas			117,27		9,10			126,37
<b>TOTAL</b>	<b>74.449.550,23</b>	<b>692.894,06</b>	<b>7.847,03</b>	<b>136.188,79</b>	<b>26.980,20</b>	<b>28.328,38</b>	<b>15,13</b>	<b>75.341.803,82</b>

Considerando somente as contribuições repassadas pelas entidades do Município de Montes Claros, temos o total de R\$ 75.286.480,11 recebidos, conforme tabela abaixo.

**TABELA 4**

BALANCETE E DOCUMENTAÇÃO					
TOTAL DE RECEBIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E SERVIDOR					
POR RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES					
DESCRIÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA	SUPERMOC	PREVMOC	TOTAL GERAL
Servidor - 2022	13.642.810,16	271.419,08	3.027,89	58.371,82	13.975.628,95
Patronal - 2022	21.320.190,86	421.474,98	4.701,87	77.816,97	21.824.184,68
Patronal - Parcelamento	39.486.549,21	0,00	0,00	0,00	39.486.549,21
Multas	0,00	0,00	117,27	0,00	117,27
<b>TOTAL</b>	<b>74.449.550,23</b>	<b>692.894,06</b>	<b>7.847,03</b>	<b>136.188,79</b>	<b>75.286.480,11</b>

Com relação às despesas de contribuições, pagas pelas entidades do Município de Montes Claros (Prefeitura, Câmara, SUPERMOC e PREVMOC), seguem no “Anexo 5” os documentos extraorçamentários da contribuição servidor e, no “Anexo 6”, os empenhos referentes ao pagamento da parte patronal/parcelamento referente ao período de janeiro a setembro de 2022. Segue abaixo tabela que resume os valores das contribuições fundamentadas nos documentos ditos acima:

**TABELA 5**

<b>DOCUMENTAÇÃO</b>					
<b>TOTAL DE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PATRONAL E SERVIDOR</b>					
<b>POR ENTIDADE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS</b>					
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREFEITURA</b>	<b>CÂMARA</b>	<b>SUPERMOC</b>	<b>PREVMOC</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
Servidor - 2022	13.653.639,25	271.419,08	3.027,89	59.029,76	<b>13.987.115,98</b>
<b>a) Total Servidor</b>	<b>13.653.639,25</b>	<b>271.419,08</b>	<b>3.027,89</b>	<b>59.029,76</b>	<b>13.987.115,98</b>
Patronal - 2022	21.321.602,99	421.474,98	4.166,21	77.816,97	<b>21.825.061,15</b>
Patronal - Parcelamento	39.486.549,21	0,00	0,00	0,00	<b>39.486.549,21</b>
Patronal - Exercício Anterior	0,00	0,00	652,93	0,00	<b>652,93</b>
<b>b) Total Patronal</b>	<b>60.808.152,20</b>	<b>421.474,98</b>	<b>4.819,14</b>	<b>77.816,97</b>	<b>61.312.263,29</b>
<b>c) Total (c = a + b)</b>	<b>74.461.791,45</b>	<b>692.894,06</b>	<b>7.847,03</b>	<b>136.846,73</b>	<b>75.299.379,27</b>

Nota-se que os pagamentos das contribuições servidores somam o valor de R\$ 13.987.115,98 e das contribuições patronais/parcelamento somam o valor de R\$ 61.312.263,29 que juntos totalizam o valor de R\$ 75.299.379,27.

O site Fiscalizando com o TCE/MG, (<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/orcamento>), disponibiliza no menu “Execução Orçamentária/Pagamentos/Total de Pagamentos por Órgão” o relatório “Relação de Despesas (Anexo 7)” o qual pode discriminar toda a execução das despesas das entidades do município.

Nos filtros, selecionando-se o órgão desejado (Prefeitura, Câmara, SUPERMOC e PREVMOC) tem-se o acesso ao “Detalhamento de Pagamento”. Após, conforme a opção, pode-se escolher a linha de “Despesa Extraorçamentária” tornando-se possível acessar a “Relação de Despesas” com as contribuições servidores, ou, se escolher a opção “Despesa do Exercício” ou “Restos a Pagar”, as contribuições patronais que o ente selecionado repassou ao PREVMOC e informou ao TCE/MG (Anexo 7).

Conforme os relatórios “Relação de Despesas” (das entidades do Município de Montes Claros – Prefeitura, Câmara, SUPERMOC e PREVMOC – Anexo 7) do Fiscalizando com o TCE, as despesas extraorçamentárias das contribuições dos servidores, no período de janeiro a setembro de 2022, foram no valor de R\$ 13.987.115,98 e o valor total das contribuições patronais/parcelamento foram de R\$ 61.312.263,29 o que juntos somam o valor de R\$ 75.299.379,27. Conforme demonstrado a seguir:

**TABELA 6**

FISCALIZANDO COM O TCE					
TOTAL DE GASTOS POR ORGÃO					
DESCRIÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA	SUPERMOC	PREVMOC	TOTAL GERAL
Servidor - 2022	13.653.639,25	271.419,08	3.027,89	59.029,76	13.987.115,98
Servidor - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>a) Total Servidor</b>	<b>13.653.639,25</b>	<b>271.419,08</b>	<b>3.027,89</b>	<b>59.029,76</b>	<b>13.987.115,98</b>
Patronal - 2022	21.321.602,99	421.474,98	4.166,21	77.816,97	21.825.061,15
Patronal - Parcelamento	39.486.549,21				39.486.549,21
Patronal - Exercício Anterior			652,93		652,93
<b>b) Total Patronal</b>	<b>60.808.152,20</b>	<b>421.474,98</b>	<b>4.819,14</b>	<b>77.816,97</b>	<b>61.312.263,29</b>
<b>c) Total (c = a + b)</b>	<b>74.461.791,45</b>	<b>692.894,06</b>	<b>7.847,03</b>	<b>136.846,73</b>	<b>75.299.379,27</b>

Nota-se que os pagamentos das contribuições servidores somam o valor de R\$ 13.987.115,98 e das contribuições patronais/parcelamento somam o valor de R\$ 61.312.263,29 que juntos totalizam o valor de R\$ 75.299.379,27.

Em comparação dos valores constantes nas documentações (Empenho – Anexo 6 e Documentação Extraorçamentária – Anexo 5, das entidades do Município de Montes Claros demonstrado na Tabela 5) com os valores disponibilizados no site Fiscalizando com o TCE/MG (Anexo 7 – demonstrado da tabela 6), percebe que os valores constantes nas documentações (R\$ 75.299.379,27 – Tabela 5), encontram-se em conformidade com os valores informado ao TCE/MG (R\$ 75.299.379,27 – Tabela 6).

Considerando os valores recebidos, das entidades do município, pelo PREVMOC R\$ 75.286.480,11 (Tabela 4) comparados aos valores pagos pelas entidades do Município de Montes Claros R\$ 75.299.379,27 (Tabela 5 ou 6) ao PREVMOC, nota-se que há uma pequena diferença no valor de 12.899,16. Esta diferença dá pelos seguintes motivos:

- O PREVMOC tem servidores cedidos para a Prefeitura de Montes Claros. O PREVMOC ficou de repassar os valores das remunerações e a parte da contribuição patronal e a Prefeitura restituir estes valores pagos. Considerando que, de janeiro a setembro de 2022, o PREVMOC pagou o valor R\$ 12.825,61 de contribuição patronal (sendo R\$ 11.344,36 de janeiro a agosto e R\$ 1.481,25 referente a setembro de 2022 – Anexo 8) e a Prefeitura restituiu ao PREVMOC o total de R\$ 13.947,89 (R\$ 2.639,46 de dezembro de 2021 e o valor de R\$ 11.308,43 referente a janeiro a agosto de 2022 (Empenhos 13083 / 10802 / 11578 - Prefeitura – Anexo 6). Por este motivo, justifica-se parte da diferença na subtração de do valor de R\$ 12.825,61 e R\$ 13.947,89 que resulta em R\$ 1.122,28.
- Especificamente entre o período de janeiro a junho de 2022 o PREVMOC tinha o valor de restituições a receber da Prefeitura de R\$ 63.131,22 (Anexo 9) sendo o valor da restituição da remuneração de R\$ 52.145,83 e a parte patronal de R\$ 10.985,39. No entanto, no momento do pagamento, a Prefeitura registrou o valor 51.855,98 referente a restituição da remuneração (Anexo 10) e o valor de R\$ 11.275,24 (Empenho 11578 - Prefeitura - Anexo 6) referente a contribuição patronal. O PREVMOC reconheceu o valor recebido conforme as definições dos valores originais (R\$ 52.145,83 e R\$ 10.985,39). Sendo assim, consta um valor a maior registrado pela Prefeitura de R\$ 289,85 como parte patronal, no entanto se refere a restituição da remuneração dos servidores. Por este motivo justifica-se parte da diferença no valor de R\$ 289,85.
- Há uma diferença de 681,08 nas contribuições do PREVMOC, que se refere a registros de entradas e saídas para correção de saldos patrimoniais entre as contas de retenções (7863 e 7869) (Anexo 11) de mesma classificação contábil e nível:

<b>2.1.8.8.2.00.00.00.00.00</b>			<b>VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS.....</b>
<b>2.1.8.8.2.01.00.00.00.00</b>			<b>CONSIGNAÇÕES.....</b>
<b>2.1.8.8.2.01.01.00.00.00</b>			<b>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS...</b>
<b>2.1.8.8.2.01.01.03.00.00</b>			<b>RPPS.....</b>
<b>2.1.8.8.2.01.01.03.01.00</b>			<b>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS.....</b>
2.1.8.8.2.01.01.03.01.01	7863	1	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS.....
2.1.8.8.2.01.01.03.01.02	7869	1	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMEN. E VANTAG. REC 100.....

Por este motivo justifica-se parte da diferença no valor de R\$ 681,08.

- No mês de janeiro há um valor de R\$ 10.829,09 que consta no relatório da Documentação Extraorçamentária (Anexo 5) relativa aos valores disponibilizados no site Fiscalizando com o TCE/MG (<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/orcamento>) o qual foi



identificado que não se trata de um valor que foi repassado ao PREVMOC neste mês, pois este valor não consta nos extratos bancário do Instituto de Previdência. Segundo a Prefeitura, este valor (R\$ 10.829,09) trata-se da Nota Extraorçamentária nº. 012376/2021 (Anexo 5) referente a valor retido em dezembro/2021 para previdência própria dos servidores municipais, contabilizados e pagos com recursos federais da fonte 159 (conta: 38.797-5, agência 3209-3 do Banco do Brasil S/A). Entretanto, no momento do pagamento ao referido Instituto de Previdência (Prevmoc), o valor desta Nota Extraorçamentária foi somado aos valores pago no dia 30/12/2021 (R\$ 284.653,99 – comprovante pág. 2, Nota Extraorçamentária 12376 - Anexo 5) em outra conta bancária (conta: 34.092-8, agência 3209-3 do Banco do Brasil S/A) vinculada a outra fonte de recurso. Na Prefeitura, não foi possível efetuar a baixa da nota, por se tratar de fonte divergente da fonte vinculada no Empenho Orçamentário. Dessa forma, a nota 012376/2021, ficou pendente de baixa de pagamento na contabilidade do Município tendo sido lançado na conciliação bancária (Saída não contabilizada) do mês 12/2021 (Anexo). A regularização da baixa da Nota Extraorçamentária 012376/2021 foi efetuada em 11/01/2022 somente para acerto entre as contas bancárias 38.797-5 para 34.092-8, conforme comprovante de transferência bancária (Nota Extraorçamentária nº. 012376/2021 – Prefeitura – Anexos 5).

Sendo assim, atualmente não constam divergências significativas que não foram justificadas. O que reafirma que os repasses das contribuições previdenciárias entre o PREVMOC e os entes do município encontram-se regularmente contabilizadas, demonstrando um controle eficiente dos registros dos valores recebidos das contribuições previdenciárias dos entes municipais.

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2:

- Balancete de Receita (Anexo 1);
- Documentações de arrecadação de receita (Anexo 2);
- Receita Analítica do Fiscalizando com o TCE (Anexo 3);
- Lançamento Retificados (Anexo 4);
- Documentos Extraorçamentários da contribuição servidor (Anexo 5);
- Empenhos da parte patronal/parcelamento (Anexo 6);

- Relação de Despesas do Fiscalizando com o TCE (Anexo 7);
- Repasse PREVMOC contribuição patronal cedidos a Prefeitura (Anexo 8)
- Restituições Prefeitura (Anexo 9)
- Empenho 11579 \_ Restituição de remuneração (Anexo 10)
- Razão por conta \_ Ajustes entre contas de Retenções (7863 e 7869) (Anexo 11)

## **2.2 As Provisões Matemáticas Previdenciárias informadas nos cálculos atuariais nos exercícios de 2011 a 2013 não foram devidamente contabilizadas nos respectivos Balanços Patrimoniais**

Com relação a este item, ressaltamos a impossibilidade de alteração da contabilização dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2011, 2012 e 2013 por se tratar de competência de anos que já foram encerrados.

Quanto a Proposta de encaminhamento constante na auditoria do TCE/MG Processo nº 951445, pág. 43, a qual sugere que somente se registrem as provisões matemáticas apuradas nas reavaliações atuariais, após a implementação do plano de amortização autorizado por lei, informamos que atualmente não há registro nos Balanços de planos de amortizações, haja visto que não foram implementados por meio lei. Somente constam registrados nos Demonstrativos Contábeis as provisões matemáticas previdenciárias apuradas nas Avaliações Atuariais dos exercícios conforme determinado §3º do art. 17 da Portaria MPS nº 403/2008 revogada pela Portaria MTP nº 1.467 a qual dispôs nova redação no seu art. 26, inciso VI.

Na atual gestão do PREVMOC, as Avaliações Atuariais encontram-se devidamente contabilizadas conforme apregoam as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público e a Portaria MF 464/2018, sendo a mais atualizada delas a Avaliação Atuarial do exercício de 2022 (Anexo 12), a qual, em suas páginas 84 e 85, apresentou os valores das provisões matemáticas previdenciárias de R\$ 1.851.765.225,96, que subsidiaram os registros contábeis do Balanço Patrimonial do encerramento de 2021 (Anexo 13).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.2:

- Relatório da Reavaliação Atuarial exercício 2022 data base 2021 (Anexo 12).
- Balanço Patrimonial posicionando em 31/12/2021 (Anexo 13);

## **2.3 As alíquotas propostas para os planos de amortização previstas nas reavaliações atuariais realizadas nos exercícios de 2009 a 2014 não foram implementadas**

Na análise da manifestação do achado 2.3, páginas 354 a 355 do Processo nº 951445, a auditoria do TCE/MG considerou que o Município de Montes Claros acatou a proposta de encaminhamento sugerida no Relatório de Auditoria, fl. 46, encaminhando, em 15/07/2015, Projeto de Lei ao Poder Legislativo para implementação das alíquotas de contribuição previdenciária apuradas na reavaliação atuarial para o exercício de 2014, realizada em 03/06/2014, fls. 167/168. Também, constatou-se junto a Consultoria Jurídica do PREVMOC que o citado Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara Municipal, sendo convertido na Lei Complementar n. 49 de 20/08/2015, retroagindo seus efeitos a 01/08/2015, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Montes Claros do dia 25/08/2015. Desta forma, considerou-se sanada a irregularidade apontada. No entanto, a auditoria ressaltou a obrigatoriedade da reavaliação atuarial para o exercício de 2015 e a implementação de um novo plano de amortização por meio de lei. Assim, manteve o apontamento.

Informamos que as atuais alíquotas de contribuições propostas nas reavaliações atuariais vêm sendo seguidas pelo Município de Montes Claros, sendo a mais atualizada delas a Avaliação Atuarial do exercício de 2022 (Anexo 12), a qual em suas páginas 26 a 29 propôs as alíquotas de Contribuição Normal Total de 34,17%.

Conforme a Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14) que alterou a Lei Complementar nº 008, de 11 de abril de 2006, atualmente, as alíquotas de Contribuição Normal vertidas ao PREVMOC somam 35,74% (14,00% para o servidor e 21,74% para o Município). O patamar desta contribuição excedente ao Custo Normal apurado em 1,57%, por isso já se encontra enquadrada na proposta da atual Reavaliação Atuarial.

O Art. 54 estabelece que o plano de custeio deverá ser implementado por meio de lei do Ente Federativo, o qual incube a responsabilidade de edição e publicação.

Foi encaminhado em 10/02/2022 ao Município de Montes Claros o Ofício nº 131/2022 (Anexo 21) constando o Relatório de Avaliação Atuarial 2022 do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, bem como, os cenários para implementação de um novo plano de amortização do déficit atuarial.

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.3:

- Relatório da Reavaliação Atuarial exercício 2022 data base 2021 (Anexo 12).
- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14).
- Ofício nº 131/2022 (Anexo 21).

## **2.4 O Termo de Acordo autorizado pela Lei Municipal n. 4.574/2012 não está em conformidade com a Legislação Previdenciária Nacional**

Conforme a Proposta de encaminhamento no item 2.4.9 da auditoria do TCE/MG Processo nº 951445, pág. 50, a auditoria sugeriu a adequação do Termo de Acordo da Lei Municipal nº 4.574/2012 à legislação previdenciária nacional. Esta adequação já foi realizada por meio da publicação da Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14).

A Lei Municipal nº 4.574/2012 foi totalmente revogada pela Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020, que também autorizou a realização de parcelamentos e reparcamentos de acordo com os parâmetros da Legislação Previdenciária Nacional.

As dívidas de repasses autorizadas pela Lei Municipal n. 4.574/2012 originárias do Termo de Acordo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários foram atualizadas e consolidadas com outros débitos municipais e constam no Termo de Acordo de Parcelamento cadastrado no CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social sob o nº 00221/2020 (Anexo 15 e 15.1) conforme as determinações da Lei Complementar nº 79/2020.

Informamos que no dia 18 de março de 2020 o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 foi postado no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>, e estava sendo analisado pela Secretaria de Previdência (SPREV) até que em 29 de agosto de 2022, conforme o Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022 (Anexo 15.3), foi considerado como situação de “aceito” (Anexo 15.4) pela SPREV, a qual analisou o Termo de Parcelamento e o considerou que seguiu os parâmetros da Legislação Previdenciária Nacional.

Com relação aos pagamentos das parcelas, informamos que a Prefeitura vem pagando regularmente os valores parcelados (Anexo 2.1.3). Isso pode ser confirmado consultando o relatório de “Acompanhamento do Acordo” no Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 constante no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>. Em 25/01/2023, no relatório de “Acompanhamento do Acordo” (Anexo 15.2) constata-se que as parcelas do acordo foram pagas até a de número 034 com vencimento em 31/12/2022.

Informamos ainda que o relatório de Acompanhamento do Acordo dos parcelamentos é atualizado mediante o envio dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, os quais são encaminhados bimestralmente mediante o sistema CADPREV até as seguintes datas de vencimentos (Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16):

- Até 31/03/2023 - Envio do DIPR 1º bimestre de 2023 (Janeiro/Fevereiro)
- Até 31/05/2023 - Envio do DIPR 2º bimestre de 2023 (Março/Abril)
- Até 31/07/2023 - Envio do DIPR 3º bimestre de 2023 (Maio/Junho)
- Até 30/09/2023 - Envio do DIPR 4º bimestre de 2023 (Julho/Agosto)
- Até 30/11/2023 - Envio do DIPR 5º bimestre de 2023 (Setembro/Outubro)
- Até 31/01/2023 - Envio do DIPR 6º bimestre de 2024 (Novembro/Dezembro)

O relatório de “Acompanhamento do Acordo”, no campo “11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS”, somente é atualizado quando se dá o envio do DIPR. Por exemplo, a parcela 035 de vencimento 31/01/2023, somente será dada como valor recebido quando ocorrer o envio da informação mediante a postagem do 1º bimestre/2023 (Janeiro/Fevereiro) do DIPR que ocorrerá em até 31/03/2023 (prazo final para envio regular conforme Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.4:

- Documentos de Arrecadação do Parcelamento 221/2020 (Anexo 2.1.3);
- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14);
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 00221/2020 (Anexo 15 e 15.1).
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 15.2)
- Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022/COCAP/CGAUC/ SRPPS/SPREV-MTP (Anexo 15.3)
- Status dos Parcelamento (Anexo 15.4).
- Calendário de Informações à SPREV em 2023 (Anexo 16)

## **2.5 Não estão sendo cumpridas as cláusulas para a correção e incidência de juros sobre as parcelas vincendas previstas no Termo de Acordo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários, autorizado pela Lei Municipal n. 4.574/2012**

Conforme a Proposta de encaminhamento constante no Processo de Auditoria TCE/MG nº 951445, fl 52 no item 2.5.9, a auditoria sugeriu a promoção da apuração do valor devido das parcelas já quitadas, aplicando-se os critérios para atualização e correção previstos no Termo de

Acordo e na Lei Municipal n. 4.574/2012 e solicitar ao Prefeito Municipal o repasse desse valor devidamente corrigido à época em que ocorrer o pagamento. Também sugeriu informar ao Prefeito Municipal o valor das parcelas vincendas devidamente atualizadas e acrescidas dos juros previstos. Ainda, sugeriu ao Prefeito Municipal o pagamento das parcelas devidamente atualizadas e acrescidas de juros, conforme parágrafo primeiro da cláusula terceira do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários.

Informamos que, devido às alterações da Legislação Previdenciária Nacional, a Lei Municipal nº 4.574/2012 foi revogada pela Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14), a qual autorizou a realização de parcelamentos e reparcimentos de acordo com os parâmetros da nova Legislação Previdenciária Nacional.

As dívidas de repasses autorizadas pela Lei Municipal n. 4.574/2012 originárias do Termo de Acordo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários foram atualizadas e consolidadas com outros débitos municipais e constam no Termo de Acordo de Parcelamento cadastrado no CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social sob o nº 00221/2020 (Anexo 15 e 15.1) conforme as determinações da Lei Complementar nº 79/2020.

Informamos que no dia 18 de março de 2020 o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 foi postado no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>, e estava sendo analisado pela Secretaria de Previdência (SPREV) até que em 29 de agosto de 2022, conforme o Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022 (Anexo 15.3), foi considerado como situação de “aceito” (Anexo 15.4) pela SPREV, a qual analisou o Termo de Parcelamento e o considerou que seguiu os parâmetros da Legislação Previdenciária Nacional.

Com relação aos pagamentos das parcelas, informamos que a Prefeitura vem pagando regularmente os valores parcelados (Anexo 2.1.3). Isso pode ser confirmado consultando o relatório de “Acompanhamento do Acordo” no Termo de Acordo de Parcelamento nº 00221/2020 constante no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>. Em 25/01/2023, no relatório de “Acompanhamento do Acordo” (Anexo 15.2) constata-se que as parcelas do acordo foram pagas até a de número 034 com vencimento em 31/12/2022.

Informamos ainda que o relatório de Acompanhamento do Acordo dos parcelamentos é atualizado mediante o envio dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, os quais são encaminhados bimestralmente mediante o sistema CADPREV até as seguintes datas de vencimentos (Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16):

- Até 31/03/2023 - Envio do DIPR 1º bimestre de 2023 (Janeiro/Fevereiro)
- Até 31/05/2023 - Envio do DIPR 2º bimestre de 2023 (Março/Abril)
- Até 31/07/2023 - Envio do DIPR 3º bimestre de 2023 (Maio/Junho)
- Até 30/09/2023 - Envio do DIPR 4º bimestre de 2023 (Julho/Agosto)
- Até 30/11/2023 - Envio do DIPR 5º bimestre de 2023 (Setembro/Outubro)
- Até 31/01/2024 - Envio do DIPR 6º bimestre de 2023 (Novembro/Dezembro)

O relatório de “Acompanhamento do Acordo”, no campo “11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS”, somente é atualizado quando se dá o envio do DIPR. Por exemplo, a parcela 035 de vencimento 31/01/2023, somente será dada como valor recebido quando ocorrer o envio da informação mediante a postagem do 1º bimestre (Janeiro/Fevereiro) do DIPR que ocorrerá em até 31/03/2023 (prazo final para envio regular conforme Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.5:

- Documentos de Arrecadação do Parcelamento 221/2020 (Anexo 2.1.3);
- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14);
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 00221/2020 (Anexo 15 e 15.1).
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 15.2)
- Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022/COCAP/CGAUC/ SRPPS/SPREV-MTP (Anexo 15.3)
- Status dos Parcelamento (Anexo 15.4).
- Calendário de Informações à SPREV em 2023 (Anexo 16)


**2.6 As contribuições patronais e dos segurados da Prefeitura, no período de novembro, dezembro e 13º salário de 2012, recolhidas intempestivamente, não foram atualizadas e não houve incidência de juros e multas**

Informamos que, em 21/12/2022, foi proposto ao Ente do Município de Montes Claros os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 (Anexos 19 e 19.1) e 01073/2022 (Anexos 20 e 20.1) conforme as determinações da Lei Complementar nº 79/2020 (Anexo 14).

Os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e nº. 01073/2022, tratam das Contribuições dos Segurados e Patronais, respectivamente, constantes no Demonstrativo do Repasse da Contribuições dos Servidores da Prefeitura, PTA - 07, fls. 32 e 33, respectivamente, no Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas:

Ao efetivar o parcelamento, a consolidação do montante do débito dos Termos de Acordos de Parcelamentos, no sistema da Secretaria de Previdência (CADPREV), é calculada pela diferença entre o valor devido e o valor total recebido em cada mês em que foram efetivamente recebidos, para ajustar os valores na data de formalização do termo em vigor com a atualização monetária, juros e multa definidos pela lei municipal (Lei Complementar nº 79/2020 – Anexo 14).

No parcelamento nº. 01072/2022 (Anexo 19 e 19.1), ao preencher os dados no sistema CADPREV foi necessário agrupar os valores recebidos (coluna “Vr. Rep.”) nas competências em que foram efetivados os recebimentos (coluna “Data Rep.”) constantes no Demonstrativo do Repasse da Contribuições dos Servidores da Prefeitura, PTA - 07, fls. 32 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas.

		Repasse das Contribuições dos Servidores da Prefeitura Exercício de 2012					PTA - 07		
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros PREVMOC		Equipe de Auditores					Gerente	Núcleo de Auditoria	
		Rodrigo Bicalho Viégas Paulo Roberto Ferrão					Carlos Fleury	Ignácio Cabral	
SERVIDORES - Novembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
19/12/2012	26/dez	6-dez	6.682.643,36	11%	735.090,77	267.625,56	0,00	267.625,56	-467.465,21
		27-dez				282.460,70	0,00	282.460,70	282.460,70
		28-dez				182.589,66	0,00	182.589,66	182.589,66
		25-jan				5.622,57	0,00	5.622,57	5.622,57
		28-jan				2.707,86	0,00	2.707,86	2.707,86
TOTAL			6.682.643,36		735.090,77	741.006,35	0,00	741.006,35	5.915,58
SERVIDORES - Dezembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
16/1/2013	23/jan	11-jan	6.683.876,44	11%	735.226,41	323.552,70	0,00	323.552,70	-411.673,71
		25-jan				299.339,76	0,00	299.339,76	299.339,76
		28-jan				2.707,86	0,00	2.707,86	2.707,86
TOTAL			6.683.876,44		735.226,41	625.600,32	0,00	625.600,32	-109.626,09
SERVIDORES - 13º Salário									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
28/12/2012	8/jan	20-dez	6.505.187,06	11%	715.570,58	273.066,70	0,00	273.066,70	-442.503,88
		27-dez				275.112,65	0,00	275.112,65	275.112,65
		25-jan				164.657,93	0,00	164.657,93	164.657,93
		28-jan				2.707,85	0,00	2.707,85	2.707,85
TOTAL			6.505.187,06		715.570,58	715.545,13	0,00	715.545,13	-25,45
Total devido no período									-103.735,95
Fonte: Extratos bancários, Guias de Recolhimento e Resumos das Folhas de Pagto. Documentação digitalizada em mídia (CD) - fl. 02 do Anexo. Obs: 1) Data devida: Cinco dias úteis da data do pagto. (art. 85, caput da LC nº 08/2006). Data de pagamento da Folha dos Servidores à fl. _____									

Fonte: fls. 32 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas

Com estas considerações, temos os seguintes valores, das contribuições parte servidor, efetivamente recebidos nos meses de dezembro/2012 e janeiro/2013:



**TABELA 7**

<b>Data Recebimento</b>	<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR RECEBIDO</b>	<b>TOTAL POR COMPETÊNCIA RECEBIDA</b>
06/12/2012	dez/12	267.625,56	1.280.855,27
20/12/2012	dez/12	273.066,70	
27/12/2012	dez/12	282.460,70	
27/12/2012	dez/12	275.112,65	
28/12/2012	dez/12	182.589,66	
11/01/2013	jan/13	323.552,70	801.296,53
25/01/2013	jan/13	5.622,57	
25/01/2013	jan/13	299.339,76	
25/01/2013	jan/13	164.657,93	
28/01/2013	jan/13	2.707,86	
28/01/2013	jan/13	2.707,86	
28/01/2013	jan/13	2.707,85	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.082.151,80</b>	<b>2.082.151,80</b>

Na tabela acima, no mês de dezembro e janeiro foram recebidos os totais de 1.280.855,27 e 801.296,53, respectivamente, a serem considerados para a consolidação do montante do débito parte servidor para parcelamento.

Desta forma, para lançamento dos valores no CADPREV, foram incluídos os valores devidos por competência (novembro R\$ 735.090,77, dezembro R\$ 735.226,41 e 13º salário R\$ 715.570,58) e os valores recebidos no mês em que foram efetivamente arrecadados. O próprio sistema realiza o cálculo da diferença entre o valor devido e o recebido e, também, gera a consolidação do débito por competência para a atualização do valor a parcelar (atualização monetária, juros e multa), como é demonstrado na tabela 8 logo abaixo:

**TABELA 8**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR DEVIDO POR COMPETÊNCIA ( A )</b>	<b>VALOR RECEBIDO NO MÊS ( B )</b>	<b>CONSOLIDAÇÃO DO MONTANTE DO DÉBITO ( C ) = ( A + B )</b>
nov/12	735.090,77	-	735.090,77
dez/12	735.226,41	1.280.855,27	-545.628,86
13º/12	715.570,58	-	715.570,58
jan/13	-	801.296,53	-801.296,53
<b>TOTAL</b>	<b>2.185.887,76</b>	<b>2.082.151,80</b>	<b>103.735,96</b>


Assim, no Termo de Acordo de Parcelamento nº. 01072/2022, o valor do débito apurado é de R\$ 103.735,96, o qual é apresentado no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP (Anexo 19.1) para a atualização do acordo com o saldo de cada competência.

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2012	735.090,77	0,60	80,02	588.219,63	81,94	1.084.320,54	7.350,91	2.414.981,85
12/2012	-545.628,86	0,79	78,61	-428.918,85	81,03	-789.676,01	-5.456,29	-1.769.680,01
13/2012	715.570,58		78,61	562.510,03	81,03	1.035.628,72	7.155,71	2.320.865,04
01/2013	-801.296,53	0,86	77,08	-617.639,37	80,13	-1.136.993,34	-8.012,97	-2.563.942,21
13/2013	0,00		68,64	0,00	70,52	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>103.735,96</b>			<b>104.171,44</b>		<b>193.279,91</b>	<b>1.037,36</b>	<b>402.224,67</b>

FONTE: Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP do Termo nº. 01072/2022, pág. 2.

Feito isso, a diferença parcelada em 21 de dezembro de 2022 foi no valor de R\$ 402.224,67 referente a contribuição servidor das competências 11/2012, 12/2012 e 13º/2012.

Da mesma forma, no parcelamento nº. 01073/2022 (Anexo 20 e 20.1), ao preencher os dados no sistema CADPREV foi necessário agrupar os valores recebidos (coluna “Vr. Rep.”) nas competências em que foram efetivados os recebimentos (coluna “Data Rep.”) constantes no Demonstrativo do Repasse da Contribuições Patronais da Prefeitura, PTA - 07, fls. 33 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas.

		Repasse das Contribuições Patronais da Prefeitura Exercício de 2012					PTA - 07		
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros PREVMQC		Equipe de Auditores					Gerente	Núcleo de Auditoria	
		Rodrigo Bicalho Viégas Paulo Roberto Ferrão					Carlos Fleury	Ignácio Cabral	
PATRONAL - Novembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
19/12/2012	26/dez	6-dez	6.682.643,36	11%	735.090,77	254.163,89	38.558,14	292.722,03	-442.368,74
		25-jan				270,66		270,66	270,66
		28-jan				1.962,30		1.962,30	1.962,30
		19-mar				420,83		420,83	420,83
		3-jun				95.277,04		95.277,04	95.277,04
TOTAL			6.682.643,36		735.090,77	352.094,72	38.558,14	390.652,86	-344.437,91
PATRONAL - Dezembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
16/1/2013	23/jan	11-jan	6.683.876,44	11%	735.226,41	323.708,56	38.003,67	361.712,23	-373.514,18
		25-jan				179.752,55		179.752,55	179.752,55
		19-mar				420,83		420,83	420,83
		3-jun				96.497,75		96.497,75	96.497,75
TOTAL			6.683.876,44		735.226,41	600.379,69	38.003,67	638.383,36	-96.843,05
PATRONAL - 13º Salário									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
28/12/2012	8/jan	20-dez	6.505.187,06	11%	715.570,58	258.903,70	30.702,36	289.606,06	-425.964,52
		27-dez				101.939,80		101.939,80	101.939,80
		19-mar				71.366,80		71.366,80	71.366,80
		3-jun				9.551,46		9.551,46	9.551,46
TOTAL			6.505.187,06		715.570,58	441.761,76	30.702,36	472.464,12	-243.106,46
Total devido no período									-684.387,41
Fonte: Extratos bancários, Guias de Recolhimento e Resumos das Folhas de Pagto. Documentação digitalizada em mídia (CD) - fl. 02 do Anexo. Obs: 1) Data devida: Cinco dias úteis da data do pagto. (art. 85, caput da LC nº 08/2006). Data de pagamento da Folha dos Servidores à fl. _____									

Fonte: fls. 33 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas

Com isto, temos os seguintes valores, das contribuições parte Patronal, efetivamente recebidos nos meses de dezembro/2012 e janeiro, março, junho de 2013:

**TABELA 9**

<b>Data Rep.</b>	<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR RECEBIDO</b>	<b>TOTAL POR COMPETÊNCIA RECEBIDA</b>
06/12/2012	dez/12	254.163,89	684.267,89
19/12/2012	dez/12	38.558,14	
20/12/2012	dez/12	258.903,70	
27/12/2012	dez/12	101.939,80	
28/12/2012	dez/12	30.702,36	
11/01/2013	jan/13	323.708,56	543.697,74
16/01/2013	jan/13	38.003,67	
25/01/2013	jan/13	270,66	
25/01/2013	jan/13	179.752,55	
28/01/2013	jan/13	1.962,30	
13/03/2013	mar/13	420,83	72.208,46
19/03/2013	mar/13	420,83	
19/03/2013	mar/13	71.366,80	
03/06/2013	jun/13	95.277,04	201.326,25
03/06/2013	jun/13	96.497,75	
03/06/2013	jun/13	9.551,46	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.501.500,34</b>	<b>1.501.500,34</b>

Na tabela acima, no mês de dezembro, janeiro, março e junho foram recebidos os totais de R\$ 684.267,89, R\$ 543.697,74, R\$ 72.208,46 e R\$ 201.326,25, respectivamente, a serem considerados para a consolidação do montante do débito parte Patronal para parcelamento.

Desta forma, para lançamento dos valores no CADPREV, foram incluídos os valores devidos por competência (novembro R\$ 735.090,77, dezembro R\$ 735.226,41 e 13º salário R\$ 715.570,58) e os valores recebidos no mês em que foram efetivamente arrecadados. O próprio sistema realiza o cálculo da diferença entre o valor devido e o recebido e, também, gera a consolidação do débito por competência para a atualização do valor a parcelar (atualização monetária, juros e multa), como é demonstrado na tabela 10, logo abaixo:

**TABELA 10**

MÊS/ANO	VALOR DEVIDO POR COMPETÊNCIA	VALOR RECEBIDO NO MÊS	VALOR RECEBIDO NO MÊS
nov/12	735.090,77	-	735.090,77
dez/12	735.226,41	684.267,89	50.958,52
13º/12	715.570,58	-	715.570,58
jan/13	-	543.697,74	-543.697,74
mar/13	-	72.208,46	-72.208,46
jun/13	-	201.326,25	-201.326,25
<b>TOTAL</b>	<b>2.185.887,76</b>	<b>1.501.500,34</b>	<b>684.387,42</b>

Assim, no Termo de Acordo de Parcelamento nº. 01073/2022, o valor do débito apurado é de R\$ 684.387,42, o qual é apresentado no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP (Anexo 20.1) para a atualização do acordo com o saldo de cada competência.

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2012	735.090,77	0,60	80,02	588.219,63	81,94	1.084.320,54	7.350,91	2.414.981,85
12/2012	50.958,52	0,79	78,61	40.058,49	81,03	73.751,08	509,59	165.277,68
13/2012	715.570,58		78,61	562.510,03	81,03	1.035.628,72	7.155,71	2.320.865,04
01/2013	-543.697,74	0,86	77,08	-419.082,22	80,13	-771.475,58	-5.436,98	-1.739.692,52
02/2013	0,00	0,60	76,03	0,00	79,24	0,00	0,00	0,00
03/2013	-72.208,46	0,47	75,20	-54.300,76	78,35	-99.119,97	-722,08	-226.351,27
04/2013	0,00	0,55	74,25	0,00	77,46	0,00	0,00	0,00
05/2013	0,00	0,37	73,60	0,00	76,58	0,00	0,00	0,00
06/2013	-201.326,25	0,26	73,15	-147.270,15	75,70	-263.887,47	-2.013,26	-614.497,13
13/2013	0,00		68,64	0,00	70,52	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>684.387,42</b>			<b>570.135,02</b>		<b>1.059.217,32</b>	<b>6.843,89</b>	<b>2.320.583,65</b>

FONTE: Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP do Termo nº. 01073/2022, pág. 2.

Feito isso, a diferença parcelada atualizada em 21 de dezembro de 2022 foi no valor de R\$ 2.320.583,65 referente a contribuição Patronal das competências 11/2012, 12/2012 e 13º/2012.

No dia 21 de dezembro de 2022, os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e 01073/2022 foram postados no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>.

Os pagamentos das parcelas podem serem confirmados consultando os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” dos Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e 01073/2022 constantes no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>. Em 24/01/2023, nos relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” (Anexos 19.2 e 20.2) constata-se

que as parcelas dos acordos não foram pagas. Informamos que a primeira parcela vence em 28/01/2023, por este motivo ainda não constam valores quitados destes parcelamentos nos relatórios de “Acompanhamento dos Acordos”.

Ressaltamos, que os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” dos parcelamentos são atualizados mediante o envio dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR que são encaminhados bimestralmente mediante o sistema CADPREV.

Portanto, os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos”, campo “11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS”, somente são atualizados quando se dão os envios dos DIPR's. Por exemplo, as parcelas 001 de vencimento 28/01/2023, somente será dada como recebida quando ocorrer o envio das informações mediante a postagem do 1º bimestre/2023 do DIPR (Janeiro/Fevereiro) que ocorrerá em até 31/03/2023 (prazo final para envio regular à SPREV - Anexo 16).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.6 por parte do PREVMOC:

- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14);
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01072/2022 (Anexo 19 e 19.1);
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 19.2)
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01073/2022 (Anexo 20 e 20.1);
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 20.2)
- Calendário de Informações à SPREV em 2023 (Anexo 16)


## **2.7 As contribuições patronais e dos servidores da Prefeitura, no período de novembro, dezembro e 13º salário de 2012, não foram repassadas nos valores devidos**

Informamos que, em 21/12/2022, foi proposto ao Ente do Município de Montes Claros os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 (Anexos 19 e 19.1) e 01073/2022 (Anexos 20 e 20.1) conforme as determinações da Lei Complementar nº 79/2020 (Anexo 14).

Os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e nº. 01073/2022, tratam das Contribuições dos Segurados e Patronais, respectivamente, constante no Demonstrativo do Repasse da Contribuições dos Servidores da Prefeitura, PTA - 07, fls. 32 e 33, respectivamente, no Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas:

Ao efetivar o parcelamento, a consolidação do montante do débito dos Termos de Acordos de Parcelamentos, no sistema da Secretaria de Previdência (CADPREV), é calculada pela diferença entre o valor devido e o valor total recebido em cada mês em que foram efetivamente recebidos, para ajustar os valores na data de formalização do termo em vigor com a atualização monetária, juros e multa definidos pela lei municipal (Lei Complementar nº 79/2020 – Anexo 14).

No parcelamento nº. 01072/2022 (Anexo 19 e 19.1), ao preencher os dados no sistema CADPREV foi necessário agrupar os valores recebidos (coluna “Vr. Rep.”) nas competências em que foram efetivados os recebimentos (coluna “Data Rep.”) constantes no Demonstrativo do Repasse da Contribuições dos Servidores da Prefeitura, PTA - 07, fls. 32 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas.

		Repassé das Contribuições dos Servidores da Prefeitura Exercício de 2012					PTA - 07		
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros PREVMOC		Equipe de Auditores					Gerente	Núcleo de Auditoria	
		Rodrigo Bicalho Viégas					Carlos Fleury	Ignácio Cabral	
		Paulo Roberto Ferrão							
SERVIDORES - Novembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
19/12/2012	26/dez	6-dez	6.682.643,36	11%	735.090,77	267.625,56	0,00	267.625,56	-467.465,21
		27-dez				282.460,70	0,00	282.460,70	282.460,70
		28-dez				182.589,66	0,00	182.589,66	182.589,66
		25-jan				5.622,57	0,00	5.622,57	5.622,57
		28-jan				2.707,86	0,00	2.707,86	2.707,86
TOTAL			6.682.643,36		735.090,77	741.006,35	0,00	741.006,35	5.915,58
SERVIDORES - Dezembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
16/1/2013	23/jan	11-jan	6.683.876,44	11%	735.226,41	323.552,70	0,00	323.552,70	-411.673,71
		25-jan				299.339,76	0,00	299.339,76	299.339,76
		28-jan				2.707,86	0,00	2.707,86	2.707,86
TOTAL			6.683.876,44		735.226,41	625.600,32	0,00	625.600,32	-109.626,09
SERVIDORES - 13º Salário									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
28/12/2012	8/jan	20-dez	6.505.187,06	11%	715.570,58	273.066,70	0,00	273.066,70	-442.503,88
		27-dez				275.112,65	0,00	275.112,65	275.112,65
		25-jan				164.657,93	0,00	164.657,93	164.657,93
		28-jan				2.707,85	0,00	2.707,85	2.707,85
TOTAL			6.505.187,06		715.570,58	715.545,13	0,00	715.545,13	-25,45
Total devido no período									-103.735,95
Fonte: Extratos bancários, Guias de Recolhimento e Resumos das Folhas de Pagto. Documentação digitalizada em mídia (CD) - fl. 02 do Anexo.									
Obs: 1) Data devida: Cinco dias úteis da data do pagto. (art. 85, caput da LC nº 08/2006). Data de pagamento da Folha dos Servidores à fl. _____									

Fonte: fls. 32 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas

Com estas considerações, temos os seguintes valores, das contribuições parte servidor, efetivamente recebidos nos meses de dezembro/2012 e janeiro/2013:

**TABELA 7**

Data Recebimento	MÊS/ANO	VALOR RECEBIDO	TOTAL POR COMPETÊNCIA RECEBIDA
06/12/2012	dez/12	267.625,56	1.280.855,27
20/12/2012	dez/12	273.066,70	
27/12/2012	dez/12	282.460,70	

27/12/2012	dez/12	275.112,65	801.296,53
28/12/2012	dez/12	182.589,66	
11/01/2013	jan/13	323.552,70	
25/01/2013	jan/13	5.622,57	
25/01/2013	jan/13	299.339,76	
25/01/2013	jan/13	164.657,93	
28/01/2013	jan/13	2.707,86	
28/01/2013	jan/13	2.707,86	
28/01/2013	jan/13	2.707,85	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.082.151,80</b>	<b>2.082.151,80</b>

Na tabela acima, no mês de dezembro e janeiro foram recebidos os totais de 1.280.855,27 e 801.296,53, respectivamente, a serem considerados para a consolidação do montante do débito parte servidor para parcelamento.

Desta forma, para lançamento dos valores no CADPREV, foram incluídos os valores devidos por competência (novembro R\$ 735.090,77, dezembro R\$ 735.226,41 e 13º salário R\$ 715.570,58) e os valores recebidos no mês em que foram efetivamente arrecadados. O próprio sistema realiza o cálculo da diferença entre o valor devido e o recebido e, também, gera a consolidação do débito por competência para a atualização do valor a parcelar (atualização monetária, juros e multa), como é demonstrado na tabela 8 logo abaixo:

**TABELA 8**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR DEVIDO POR COMPETÊNCIA ( A )</b>	<b>VALOR RECEBIDO NO MÊS ( B )</b>	<b>CONSOLIDAÇÃO DO MONTANTE DO DÉBITO ( C ) = ( A + B )</b>
nov/12	735.090,77	-	735.090,77
dez/12	735.226,41	1.280.855,27	-545.628,86
13º/12	715.570,58	-	715.570,58
jan/13	-	801.296,53	-801.296,53
<b>TOTAL</b>	<b>2.185.887,76</b>	<b>2.082.151,80</b>	<b>103.735,96</b>

Assim, no Termo de Acordo de Parcelamento nº. 01072/2022, o valor do débito apurado é de R\$ 103.735,96, o qual é apresentado no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP (Anexo 19.1) para a atualização do acordo com o saldo de cada competência.



COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2012	735.090,77	0,60	80,02	588.219,63	81,94	1.084.320,54	7.350,91	2.414.981,85
12/2012	-545.628,86	0,79	78,61	-428.918,85	81,03	-789.676,01	-5.456,29	-1.769.680,01
13/2012	715.570,58		78,61	562.510,03	81,03	1.035.628,72	7.155,71	2.320.865,04
01/2013	-801.296,53	0,86	77,08	-617.639,37	80,13	-1.136.993,34	-8.012,97	-2.563.942,21
13/2013	0,00		68,64	0,00	70,52	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>103.735,96</b>			<b>104.171,44</b>		<b>193.279,91</b>	<b>1.037,36</b>	<b>402.224,67</b>

FONTE: Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP do Termo nº. 01072/2022, pág. 2.

Feito isso, a diferença parcelada em 21 de dezembro de 2022 foi no valor de R\$ 402.224,67 referente a contribuição servidor das competências 11/2012, 12/2012 e 13º/2012.

Da mesma forma, no parcelamento nº. 01073/2022 (Anexo 20 e 20.1), ao preencher os dados no sistema CADPREV foi necessário agrupar os valores recebidos (coluna “Vr. Rep.”) nas competências em que foram efetivados os recebimentos (coluna “Data Rep.”) constantes no Demonstrativo do Repasse da Contribuições Patronais da Prefeitura, PTA - 07, fls. 33 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas.

TCE/MG		Repasse das Contribuições Patronais da Prefeitura Exercício de 2012						PTA - 07	
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros PREVMOC		Equipe de Auditores						Gerente	Núcleo de Auditoria
		Rodrigo Bicalho Viégas Paulo Roberto Ferrão						Carlos Fleury	Ignácio Cabral
PATRONAL - Novembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
19/12/2012	26/dez	6-dez	6.682.643,36	11%	735.090,77	254.163,89	38.558,14	292.722,03	-442.368,74
		25-jan				270,66		270,66	270,66
		28-jan				1.962,30		1.962,30	1.962,30
		19-mar				420,83		420,83	420,83
		3-jun				95.277,04		95.277,04	95.277,04
TOTAL			6.682.643,36		735.090,77	352.094,72	38.558,14	390.652,86	-344.437,91
PATRONAL - Dezembro									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
16/1/2013	23/jan	11-jan	6.683.876,44	11%	735.226,41	323.708,56	38.003,67	361.712,23	-373.514,18
		25-jan				179.752,55		179.752,55	179.752,55
		19-mar				420,83		420,83	420,83
		3-jun				96.497,75		96.497,75	96.497,75
		TOTAL			6.683.876,44		735.226,41	600.379,69	38.003,67
PATRONAL - 13º Salário									
Data Pagtº	Data Dev.	Data Rep.	Σ Sal. Contrib.	Aliq.	Vr. Devido	Vr. Rep.	Sal Mat.	Vr. Rep + Sal. Mat.	Diferença
28/12/2012	8/jan	20-dez	6.505.187,06	11%	715.570,58	258.903,70	30.702,36	289.606,06	-425.964,52
		27-dez				101.939,80		101.939,80	101.939,80
		19-mar				71.366,80		71.366,80	71.366,80
		3-jun				9.551,46		9.551,46	9.551,46
		TOTAL			6.505.187,06		715.570,58	441.761,76	30.702,36
Total devido no período									-684.387,41
Fonte: Extratos bancários, Guias de Recolhimento e Resumos das Folhas de Pagto. Documentação digitalizada em mídia (CD) - fl. 02 do Anexo.									
Obs: 1) Data devida: Cinco dias úteis da data do pagto. (art. 85, caput da LC nº 08/2006). Data de pagamento da Folha dos Servidores à fl.									

Fonte: fls. 33 do Anexo do Processo 951445 do Tribunal de Contas

Com isto, temos os seguintes valores, das contribuições parte Patronal, efetivamente recebidos nos meses de dezembro/2012 e janeiro, março, junho de 2013:

## TABELA 9



<b>Data Rep.</b>	<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR RECEBIDO</b>	<b>TOTAL POR COMPETÊNCIA RECEBIDA</b>
06/12/2012	dez/12	254.163,89	684.267,89
19/12/2012	dez/12	38.558,14	
20/12/2012	dez/12	258.903,70	
27/12/2012	dez/12	101.939,80	
28/12/2012	dez/12	30.702,36	
11/01/2013	jan/13	323.708,56	543.697,74
16/01/2013	jan/13	38.003,67	
25/01/2013	jan/13	270,66	
25/01/2013	jan/13	179.752,55	
28/01/2013	jan/13	1.962,30	
13/03/2013	mar/13	420,83	72.208,46
19/03/2013	mar/13	420,83	
19/03/2013	mar/13	71.366,80	
03/06/2013	jun/13	95.277,04	201.326,25
03/06/2013	jun/13	96.497,75	
03/06/2013	jun/13	9.551,46	
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.501.500,34</b>	<b>1.501.500,34</b>

Na tabela acima, no mês de dezembro, janeiro, março e junho foram recebidos os totais de R\$ 684.267,89, R\$ 543.697,74, R\$ 72.208,46 e R\$ 201.326,25, respectivamente, a serem considerados para a consolidação do montante do débito parte Patronal para parcelamento.

Desta forma, para lançamento dos valores no CADPREV, foram incluídos os valores devidos por competência (novembro R\$ 735.090,77, dezembro R\$ 735.226,41 e 13º salário R\$ 715.570,58) e os valores recebidos no mês em que foram efetivamente arrecadados. O próprio sistema realiza o cálculo da diferença entre o valor devido e o recebido e, também, gera a consolidação do débito por competência para a atualização do valor a parcelar (atualização monetária, juros e multa), como é demonstrado na tabela 10, logo abaixo:

**TABELA 10**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR DEVIDO POR COMPETÊNCIA</b>	<b>VALOR RECEBIDO NO MÊS</b>	<b>VALOR RECEBIDO NO MÊS</b>
nov/12	735.090,77	-	735.090,77
dez/12	735.226,41	684.267,89	50.958,52
13º/12	715.570,58	-	715.570,58
jan/13	-	543.697,74	-543.697,74

mar/13	-	72.208,46	-72.208,46
jun/13	-	201.326,25	-201.326,25
<b>TOTAL</b>	<b>2.185.887,76</b>	<b>1.501.500,34</b>	<b>684.387,42</b>

Assim, no Termo de Acordo de Parcelamento nº. 01073/2022, o valor do débito apurado é de R\$ 684.387,42, o qual é apresentado no Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP (Anexo 20.1) para a atualização do acordo com o saldo de cada competência.

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2012	735.090,77	0,60	80,02	588.219,63	81,94	1.084.320,54	7.350,91	2.414.981,85
12/2012	50.958,52	0,79	78,61	40.058,49	81,03	73.751,08	509,59	165.277,68
13/2012	715.570,58		78,61	562.510,03	81,03	1.035.628,72	7.155,71	2.320.865,04
01/2013	-543.697,74	0,86	77,08	-419.082,22	80,13	-771.475,58	-5.436,98	-1.739.692,52
02/2013	0,00	0,60	76,03	0,00	79,24	0,00	0,00	0,00
03/2013	-72.208,46	0,47	75,20	-54.300,76	78,35	-99.119,97	-722,08	-226.351,27
04/2013	0,00	0,55	74,25	0,00	77,46	0,00	0,00	0,00
05/2013	0,00	0,37	73,60	0,00	76,58	0,00	0,00	0,00
06/2013	-201.326,25	0,26	73,15	-147.270,15	75,70	-263.887,47	-2.013,26	-614.497,13
13/2013	0,00		68,64	0,00	70,52	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>684.387,42</b>			<b>570.135,02</b>		<b>1.059.217,32</b>	<b>6.843,89</b>	<b>2.320.583,65</b>

FONTE: Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP do Termo nº. 01073/2022, pág. 2.

Feito isso, a diferença parcelada atualizada em 21 de dezembro de 2022 foi no valor de R\$ 2.320.583,65 referente a contribuição Patronal das competências 11/2012, 12/2012 e 13º/2012.

No dia 21 de dezembro de 2022, os Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e 01073/2022 foram postados no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>.

Os pagamentos das parcelas podem ser confirmados consultando os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” dos Termos de Acordos de Parcelamentos nº. 01072/2022 e 01073/2022 constantes no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>. Em 24/01/2023, nos relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” (Anexos 19.2 e 20.2) constata-se que as parcelas dos acordos não foram pagas. Informamos que a primeira parcela vence em 28/01/2023, por este motivo ainda não constam valores quitados destes parcelamentos nos relatórios de “Acompanhamento dos Acordos”.

Ressaltamos, que os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos” dos parcelamentos são atualizados mediante o envio dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR que são encaminhados bimestralmente mediante o sistema CADPREV.

Portanto, os relatórios de “Acompanhamento dos Acordos”, campo “11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS”, somente são atualizados quando se dão os envios dos DIPR’s. Por exemplo, as parcelas 001 de vencimento 28/01/2023, somente será dada como recebida quando ocorrer o envio das informações mediante a postagem do 1º bimestre/2023 do DIPR (Janeiro/Fevereiro) que ocorrerá em até 31/03/2023 (prazo final para envio regular à SPREV - Anexo 16).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.7 por parte do PREVMOC:

- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14);
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01072/2022 (Anexo 19 e 19.1);
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 19.2)
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01073/2022 (Anexo 20 e 20.1);
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 20.2)
- Calendário de Informações à SPREV em 2023 (Anexo 16)

## **2.8 A Prefeitura e a Câmara Municipal não repassaram ao PREVMOC as contribuições patronais incidentes sobre os valores pagos aos beneficiários do auxílio-doença, no período analisado de julho de 2011 a outubro de 2014.**

Com relação aos débitos de contribuições patronais incidentes sobre os valores pagos aos beneficiários do auxílio-doença referentes ao período em questão, informamos que foi firmado o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00219/2020 (Anexo 17 e 17.1) celebrado em 05/03/2020 conforme as determinações da Lei Complementar nº 79/2020 (Anexo 14).

Informamos que no dia 05 de março de 2020 o Termo de Acordo de Parcelamento nº 00219/2020 foi postado no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>, e estava sendo analisado pela Secretaria de Previdência (SPREV), até que em 22 de junho de 2021, conforme o Despacho de Justificativa SEI nº 89/2021 (Anexo 17.3) foi considerado com situação de “aceito” (anexo 17.4) pela SPREV, a qual analisou o Termo de Parcelamento e o considerou que seguiu os parâmetros da Legislação Previdenciária Nacional.

Com relação aos pagamentos das parcelas, informamos que a Prefeitura vem pagando regularmente os valores parcelados (Anexo 2.1.3). Isso pode ser confirmado consultando o relatório de “Acompanhamento do Acordo” no Termo de Acordo de Parcelamento nº 00219/2020

constante no sistema CADPREV, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>. Em 25/01/2023, no relatório de “Acompanhamento do Acordo” (Anexo 17.2) constata-se que as parcelas do acordo foram pagas até a de número 034 com vencimento em 31/12/2022.

Ressaltamos, que o relatório de “Acompanhamento do Acordo” dos parcelamentos é atualizado mediante o envio dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, os quais são encaminhados bimestralmente mediante o sistema CADPREV até as seguintes datas de vencimentos (Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16):

- Até 31/03/2023 - Envio do DIPR 1º bimestre de 2023 (Janeiro/Fevereiro)
- Até 31/05/2023 - Envio do DIPR 2º bimestre de 2023 (Março/Abril)
- Até 31/07/2023 - Envio do DIPR 3º bimestre de 2023 (Maio/Junho)
- Até 30/09/2023 - Envio do DIPR 4º bimestre de 2023 (Julho/Agosto)
- Até 30/11/2023 - Envio do DIPR 5º bimestre de 2023 (Setembro/Outubro)
- Até 31/01/2024 - Envio do DIPR 6º bimestre de 2023 (Novembro/Dezembro)

Portanto, o relatório de “Acompanhamento do Acordo”, campo “11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS”, somente é atualizado quando se dá o envio do DIPR. Por exemplo, a parcela 035 de vencimento 31/01/2023, somente será dada como recebida quando ocorrer o envio da informação mediante a postagem do 1º bimestre do DIPR (Janeiro/Fevereiro) que ocorrerá em até 31/03/2023 (prazo final para envio regular conforme Calendário de Informações à SPREV em 2023 - Anexo 16).

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.8:

- Documentos de Arrecadação do Parcelamento 221/2020 (Anexo 2.1.3);
- Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020 (Anexo 14);
- Termo de Acordo de Parcelamento - nº 00221/2020 (Anexo 17 e 17.1).
- Acompanhamento do Acordo (Anexo 17.2)
- Despacho de Justificativa SEI nº 089/2021/COCAP/CGAUC/ SRPPS/SPREV-MTP (Anexo 17.3)
- Status dos Parcelamento (Anexo 17.4).
- Calendário de Informações à SPREV em 2023 (Anexo 16)

## **2.9 A segregação de massa dos servidores segurados do Município prevista por meio da Lei Complementar n. 06/2008 e alterada pela Lei Complementar n. 17/2009, não foi efetivamente implementada**

Reiteramos que a Secretaria de Previdência, mediante o Despacho de Justificativa – DJ nº 295/2016 (Anexo 18), item 14.4.1.1 pág. 24, concluiu que não existe a segregação de massas no Município de Montes Claros, em função da não implementação de fato da segregação de massas instituída pela **Lei Complementar n. 06/2008 e alterada pela Lei Complementar n. 17/2009**.

O Art. 54 estabelece que o plano de custeio deverá ser implementado por meio de lei do Ente Federativo, o qual incube a responsabilidade de edição e publicação.

Foi encaminhado em 10/02/2022 ao Prefeito Municipal de Montes Claros o Ofício nº 131/2022 (Anexo 21) constando o Relatório de Avaliação Atuarial 2022 do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, bem como, os cenários para implementação de um novo plano de amortização do déficit atuarial.

A Prefeitura encaminhou a Câmara Municipal de Montes Claros um Projeto de Lei.

Seguem os seguintes anexos que comprovam a regularidade deste item 2.9:

- Despacho de Justificativa – DJ nº 295/2016 (Anexo 18)
- Ofício nº 131/2022.

## **DOS REQUERIMENTOS**

Pelo exposto,

- I. Requer que seja admitida a presente Manifestação em seus regulares efeitos.

**Nestes Termos,  
Pede Deferimento.**

Montes Claros/MG, 27 de janeiro de 2023.

---

EUSTÁQUIO FILOCRE SARAIVA  
CPF nº 108.450.036-15

## **ANEXOS**

- Anexo 1 - Balancete de Receita;
- Anexo 2 - Documentações de arrecadação de receita;
- Anexo 3 - Receita Analítica do Fiscalizando com o TCE;
- Anexo 4 - Lançamento Retificados;
- Anexo 5 - Documentos Extraorçamentários da contribuição servidor;
- Anexo 6 - Empenhos da parte patronal/parcelamento;
- Anexo 7 - Relação de Despesas do Fiscalizando com o TCE;
- Anexo 8 - Repasse PREVMOC contribuição patronal cedidos a Prefeitura;
- Anexo 9 - Restituições Prefeitura;
- Anexo 10 - Empenho 11579 \_ Restituição de remuneração;
- Anexo 11 - Razão por conta \_ Ajustes entre contas de Retenções (7863 e 7869);
- Anexo 12 - Relatório da Reavaliação Atuarial exercício 2022 data base 2021;
- Anexo 13 - Balanço Patrimonial posicionando em 31/12/2021;
- Anexo 14 - Lei Complementar nº 79, de 03 de março de 2020;
- Anexo 15 - Termo de Acordo de Parcelamento - nº 00221/2020;
- Anexo 15.1 – Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - nº 00221/2020;
- Anexo 15.2 - Acompanhamento do Acordo;
- Anexo 15.3 - Despacho de Justificativa SEI nº 101/2022/COCAP/CGAUC/ SRPPS/SPREV-MTP;
- Anexo 15.4 - Status dos Parcelamento;
- Anexo 16 - Calendário de Informações à SPREV em 2023;
- Anexo 17 - Termo de Acordo de Parcelamento - nº 00219/2020;
- Anexo 17 - Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - nº 00219/2020;
- Anexo 17.2 - Acompanhamento do Acordo;
- Anexo 17.3 - Despacho de Justificativa SEI nº 89/2021/COCAP/CGAUC/SRPPS/ SPREV/SEPRT-ME;
- Anexo 17.4 - Status dos Parcelamento;
- Anexo 18 - Despacho de Justificativa – DJ nº 295/2016;
- Anexo 19 - Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01072/2022;
- Anexo 19.1 - Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - nº 01072/2022;
- Anexo 19.2 - Acompanhamento do Acordo;
- Anexo 20 - Termo de Acordo de Parcelamento - nº 01073/2022;
- Anexo 20.1 - Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - nº 01073/2022;
- Anexo 20.2 - Acompanhamento do Acordo
- Anexo 21 - Ofício nº 131/2022.